

COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO: BENEFÍCIOS E DESAFIOS

AGRICULTURAL COOPERATIVISM: BENEFITS AND CHALLENGES

Luiz Lucas Alves¹

Adriana Cristina Silva²

Miriam Pinheiro Bueno³

RESUMO

O artigo explana o desenvolvimento da doutrina cooperativista no Brasil e no mundo, desde o seu surgimento até os tempos atuais, bem como as mudanças que o cooperativismo trouxe para a agropecuária. No entanto, compreender a importância do sistema de gestão nas cooperativas que contribuem para o sucesso ou insucesso dos empreendimentos cooperativos. O estudo propôs um questionamento: será que as cooperativas obtêm vantagens no mercado agrícola pelos seus cooperados? Também, objetivou contribuir para a reflexão sobre a importância das cooperativas, em especial as agropecuárias, para a obtenção de vantagens no mercado agrícola pelos seus cooperados. A metodologia utilizada foi qualitativa, exploratória, descritiva por meio de coleta bibliográfica em livros, revistas, *sites* e publicações já realizadas com o mesmo assunto. O estudo relatou a importância das cooperativas em seus 13 (treze) ramos de atuação, mas enfatizou sua atividade e sua representatividade em relação à agropecuária. A pesquisa apontou como resultado, também, que o cooperativismo continua em desenvolvimento, e que as cooperativas podem, mesmo com algumas dificuldades de gestão, auxiliar no desenvolvimento de pequenos agricultores e ser uma alternativa para a maioria. Portanto, conclui-se que o cooperativismo possui uma área amplamente favorável para seu desenvolvimento e progresso em âmbito mundial. O trabalho contribui reforçando que há uma escassez

1 Discente do curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Frutal. E-mail: luizlucasalves@gmail.com

2 Economista, Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em Frutal. E-mail: adriana.silva@uemg.br

3. Professora Doutora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em Frutal, MG e FATEC em São José do Rio Preto, SP. E-mail: mirian.bueno@uemg.br

de investimento e conhecimento a respeito da temática, porém vê-se que a cooperativa pode se tornar uma empresa com a habilidade de ajudar países emergentes.

Palavras-chave: Doutrina cooperativista; Cooperativismo; Gestão Cooperativista.

ABSTRACT

The paper explains the development of cooperative doctrine in Brazil and in the world, from its emergence to the present times, as well as the changes that cooperativism has brought to agriculture. However, understand the importance of the management system in cooperatives that contribute to the success or failure of cooperative ventures. The study asked a question: do cooperatives obtain advantages in the agricultural market for their members? It also aimed to contribute to the reflection on the importance of cooperatives, especially agricultural ones, to obtain advantages in the agricultural market by their members. The methodology used was qualitative, exploratory, descriptive through bibliographic collection in books, magazines, websites and publications already carried out on the same subject. This study reported the importance of cooperatives in its 13 (thirteen) areas of activity, but emphasized their activity and their representativeness in relation to agriculture and livestock. The research also pointed out, as a result, that cooperativism is still under development, and that cooperatives can, even with some management difficulties, assist in the development of small farmers and be an alternative for the majority. Therefore, it is concluded that cooperativism has a broadly favorable area for its development and progress worldwide. The research contributes by reinforcing that there is a shortage of investment and knowledge about the subject, but it is clear that the cooperative can become a company with the ability to help emerging countries.

Keywords: Cooperative Doctrine; Cooperativismo; Cooperative Management.

1. Introdução

As cooperativas são associações de pessoas que se unem, por meio de princípios democráticos, com o objetivo de suprir necessidades econômicas, atuando como instituição política e, paralelamente, como um empreendimento econômico.

Seu caráter específico resulta da forma de articular a organização e da promoção social de seus cooperados e, ainda, de produzir algum bem ou serviço com relativa eficiência econômica (OLIVEIRA, 2015).

A solidariedade foi imprescindível para a prosperidade e sobrevivência dos grupos humanos. Ainda antes de existir tentativas conceituais do cooperativismo, ele já era empregado. Abdalla (2002), afirma que o homem, ao estabelecer o princípio da cooperação, garantiu sua sobrevivência, evitou sua extinção e possibilitou sua existência como espécie.

O sistema cooperativo é composto por três fases: cooperação, cooperativa, e cooperativismos. Segundo Nogueira *et al.* (2013, p.12) “cooperação vem do verbo latim *cooperari*, de *cum* e *operari*, que tem como significado produzir em conjunto”.

Para Farias (2013) cooperação é uma forma de integração que pode ser entendida por formal e informal. Aprende-se a cooperar desde pequenos por meio de estimulações para guardar brinquedos, emprestar materiais escolares e a criação de trabalhos em cartazes. Em razão de resolver os problemas surgidos por meio do capitalismo industrial, passa-se a apostar na cooperação e no associativismo.

Para entender o cooperativismo é preciso compreender a sua diferença com o associativismo. O cooperativismo é um sistema econômico e social que tem como base as cooperativas. É uma forma de organização que se dá por meio da união de pessoas, com objetivo de unir forças para atingir desenvolvimento financeiro, econômico e social (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007 apud PET-PROEXT 2012).

Nota-se que uma das diferenças substanciais entre o cooperativismo e o associativismo está no objetivo. O cooperativismo tem por objetivo buscar desenvolvimento financeiro dos cooperados, enquanto que, o associativismo, busca a união de forças para defesa de interesses dos próprios associados (como ocorre no cooperativismo), porém não tem por objetivo a obtenção de lucros financeiros.

O sistema cooperativo, além da importância econômica, representa importância social, especialmente em certos municípios e regiões, a exemplo da cooperativa agropecuária onde é o único meio que os agricultores possuem de organizar e comercializar sua produção.

Para que o cooperativismo seja efetivo e resulte no alcance dos objetivos de seus cooperados, surge a necessidade de conhecer a percepção destes e das cooperativas em relação aos benefícios proporcionados, a fim de subsidiar estas

organizações, no planejamento de suas estratégias mercadológicas e de relacionamento com seus clientes. Entender um pouco mais sobre cooperativismo é compreender como as relações são formadas e mantidas na constante, buscando atingir objetivos comuns, promovendo o crescimento conjunto, justo, sustentável e equilibrado (OLIVEIRA, 2015).

Nesse contexto, o trabalho propõe um questionamento: será que as cooperativas obtêm vantagens no mercado agrícola pelos seus cooperados?

Este artigo busca citar os diferentes modelos e ramos de atuação das cooperativas estudadas na literatura no Brasil, tendo por objetivo contribuir para a reflexão sobre a importância das cooperativas, em especial as agropecuárias, para a obtenção de vantagens no mercado agrícola pelos seus cooperados; em outras perspectivas, também possui o objetivo de demonstrar os benefícios e dificuldades enfrentados pelo setor.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória descritiva e bibliográfica.

Segundo Knechtel (2014), a pesquisa qualitativa é complexa, permite diversidade e flexibilidade, abrigando tendências diversas apoiadas também em raízes filosóficas.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado e a pesquisa descritiva como forma de um estudo de caso, levantamentos e outros.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*, *internet* de fontes confiáveis da área. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, *apud* Gerhardt; Silveira, 2009).

Conforme Lakatos e Makoni (2009), a pesquisa bibliográfica trata-se de um levantamento de bibliografia já lançada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, com a finalidade de situar o autor sobre o que já foi escrito de determinado assunto.

2. Referencial Teórico

2.1 A doutrina cooperativista

A primeira doutrina surgiu na época de Cristo, e significa seguir por espontânea vontade, princípios e valores que é aceito por cada. O sentido da doutrina no cooperativismo é voltado por princípios e valores.

Surge uma doutrina econômica e social que procura uma nova maneira de processar a economia, baseando no trabalho e não no capital. Esse novo processo é voltado para maior sustentabilidade com um princípio de qualidade, procurando fazer certo da primeira vez, pois refazer gera custo. Farias (2013) menciona como foi o surgimento do cooperativismo:

Com base nesses ideais, no ano de 1844, na cidade de Rochdale, região de Manchester, Inglaterra, 28 tecelões fundaram aquela que é considerada a primeira cooperativa, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Depois de economizarem durante um ano, uma libra cada um, esses tecelões reuniram esforços e buscaram uma alternativa à exploração que sofriam sob o sistema capitalista, como as longas jornadas de trabalho sob condições desumanas, em que homens, mulheres e crianças trabalhavam exaustivamente e com salários extremamente baixos. Os pioneiros de Rochdale, ao reunirem suas modestas economias, tinham por objetivo melhorar as condições de vida de todo o grupo e de suas famílias. (FARIAS, 2013, p.27)

Segundo o autor, as cooperativas industriais foram as primeiras que surgiram. À exemplo pode-se citar a área têxtil, em que os tecelões abriram a primeira cooperativa a procura de melhorar a qualidade de vida deles e de suas famílias, que era um problema advindo da revolução industrial.

O legado cooperativista dos pioneiros de Rochdale deu-se em seis princípios, respectivamente: adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação e a intercooperação. Conforme ensina OLIVEIRA *et al* (p. 8, 2014) “esses princípios do cooperativismo constituem uma linha orientadora que regem as cooperativas e formam a base filosófica da doutrina.”

É importante salientar a adição de um princípio cooperativista por parte da Associação Internacional das Cooperativas (ACI) que é o interesse pela comunidade. Segundo (PORT MÊINEN 2012) é por meio desse princípio que as cooperativas buscam trabalhar para o desenvolvimento sustentado das comunidades em que estão

inseridas, por meio de políticas aprovadas pelos cooperados, englobando decisões de caráter econômico e socioambientais.

Após o movimento em Rochdale citado por Farias, o cooperativismo expandiu-se pela Europa como na Itália, Alemanha, Espanha, França, entre outros países. Analisando o processo de formação e o surgimento do cooperativismo percebe-se que um dos e senão o principal elemento é a necessidade. Logo, há um processo lógico de que o cooperativismo deve ser um meio alternativo, principalmente em economias subdesenvolvidas ou emergentes, tornando-a referência para o mundo no desenvolvimento do setor.

A doutrina cooperativista é universal, tanto que existe uma organização mundial, chamada Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com sede em Genebra, na Suíça, que congrega 78 países, através de suas organizações nacionais de cooperativismo.

Nami (2012) afirma que o cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social a partir da cooperação. Também é considerado como um movimento que se caracteriza como um sistema econômico-social capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social (OCB, 2013).

Qualquer doutrina é constituída por diversos valores e princípios, que se relacionam com um ou mais de um tema de natureza moral, social, econômica e política. Para Farias e Gil (2013), “[...] doutrina cooperativista é humanista, pois atribui ao homem uma importância fundamental, bem como às suas necessidades, interesses e aspirações.”.

No cooperativismo, o homem é considerado o centro das atenções e a doutrina tem foco na liberdade, pois não há diferença de nenhuma espécie, de cor, sexo, credo, política. A igualdade é o princípio básico do cooperativismo.

Rossi (2008) foi um dos responsáveis pela formulação da doutrina cooperativista propriamente dita, tendo defendido a ideia segundo a qual a melhoria do nível de vida dos trabalhadores somente seria possível através da fundação de organizações cooperativas, em que ocorreria a eliminação de entes intermediários (que se apropriam da riqueza gerada pelo produtor), a educação e a facilitação do acesso à propriedade. Ele consagrou o sistema cooperativista como meio de extinguir as injustiças presentes na sociedade, pois a implantação paulatina do cooperativismo em substituição ao sistema capitalista eliminaria o trabalho

assalariado e a exploração sofrida pelo trabalhador. O autor afirma que isso aconteceria por meio de um programa desenvolvido através de três etapas: na primeira, as cooperativas de consumo seriam articuladas de modo a eliminar o lucro; na segunda, com os recursos acumulados pelas cooperativas de consumo, seriam constituídas cooperativas de produção industrial; na terceira, seriam organizadas cooperativas de produção agrícola.

As cooperativas devem trabalhar para o desenvolvimento sustentável das comunidades da sua região, por meio de políticas estabelecidas pelos seus membros. É possível identificar as cooperativas através de seus símbolos, que são as representações que expressam mensagens aos seus participantes. O cooperativismo tem a sua simbologia expressa em um logotipo e numa bandeira cujas cores têm os seus significados. O símbolo do cooperativismo foi escolhido a partir de um círculo onde-se abraça dois pinheiros, para identificar a união do movimento. A combinação desses símbolos faz com que, em qualquer parte do mundo, o cooperativismo seja reconhecido, onde o pinheiro é o símbolo da imortalidade e da fecundidade, o círculo é a vida eterna, o verde é o verde-escuro das árvores, onde se representa o princípio vital da natureza e o amarelo representa o sol, que é fonte de energia e calor. Existe ainda a bandeira que representa a primeira bandeira, que foi criada para o cooperativismo, com as cores do arco-íris, em 1923. Mas em 2001, o conselho de administração da ACI, concordou em alterar as cores da bandeira. Hoje possui novas cores: vermelho – que representa a coragem; o laranja – que representa a visão do futuro; o amarelo – representando os desafios; o verde – crescimento; o azul – horizonte distante e a necessidade de ajuda os menos favorecidos; o anil – a necessidade de ajudar os outros e a si próprio; a violeta – beleza, amizade e o calor humano (OCB, 2019).

Deve-se lembrar de que os símbolos do cooperativismo são principalmente utilizados para identificar os produtos e serviços realizados por cooperativas, que, ao exibirem o símbolo do cooperativismo, em qualquer país, de qualquer língua, quaisquer que sejam os princípios religiosos ou políticos, estarão divulgando a doutrina cooperativista e indicando que tais produtos e serviços terão sido produzidos com base nos valores de cooperação.

No Brasil, o movimento cooperativista é representado oficialmente pelo Sistema OCB, que é composto por três entidades complementares entre si. A primeira

delas é a CNCoop (Confederação Nacional das Cooperativas), entidade mais nova desse tripé, que defende o cooperativismo e os interesses da categoria econômica das cooperativas brasileiras. A OCB tem a missão de promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, por meio da representação político-institucional junto aos três poderes do governo brasileiro. A segunda é o Sescoop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) – braço do desenvolvimento social e da gestão cooperativista. Nasceu com a função de promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento e melhoria constante das cooperativas brasileiras. No âmbito estadual a OCE, possui o objetivo de representar a OCB e prestar serviços de assessoramento, exercer representação sindical e defender os interesses das filiais e internacionalmente a Aliança Cooperativa Internacional - ACI que é uma organização não governamental, que agrega cooperativas dos cinco continentes, com o intuito de enrijecer o cooperativismo mundial, encorajando a integração do sistema e dos princípios cooperativistas, mas sempre preservando seus valores.

De acordo com Farias (2013) na economia nacional as cooperativas são atuantes em 13 setores, que facilitam a criação de representantes do sistema cooperativo em seus determinados ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, mineração, produção, saúde, infraestrutura, trabalho, especial, turismo e lazer e transporte.

Essa estruturação do sistema cooperativo de acordo com os setores da economia nacional nos quais as cooperativas atuam é importante para a organização das cooperativas em federações, centrais e confederações, bem como para dinamizar a formação de novas cooperativas.

2.2 Panorama das Cooperativas no Brasil

As cooperativas estão em todos os países, independentemente da cultura e economia. De acordo com um relatório emitido pelo Banco Mundial (2017), é complicado encontrar um sistema mais eficiente do que o sistema de cooperativas, onde é possível ter a participação da população no desenvolvimento de projetos e programas.

O cooperativismo foi visto como uma nova maneira de organizar a economia. O cooperativismo brasileiro nasceu de influências do cooperativismo europeu. Pode-se dizer que o ideal auto gestor e associativista chegaram ao país no século XVII, através da fundação das primeiras reduções jesuíticas (FARIAS; GIL, 2013).

Foi em 1847 que começou o movimento cooperativista no Brasil, onde o médico francês Jean Maurice Faivre criou no interior do Paraná a colônia Tereza Cristina, com as ideias voltadas para uma cooperativa. O empreendimento não deu certo, mas foi um começo da introdução do cooperativismo no Brasil.

Seguindo o raciocínio de Farias e Gil (2013), existiram outras ações no mesmo segmento, são elas: colônia de base cooperativa e doutrina socialista no Paraná, pelo agrônomo italiano Giovanni. Em Ouro Preto (MG), a primeira cooperativa de funcionários públicos do país, iniciativa seguida em outros estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul (1889). Orientados pelo padre jesuíta Theodor Amstad, os colonos da região de Nova Petrópolis (RS), fundaram uma cooperativa no setor de crédito, conhecida como Caixa Rural, atual Sicredi (1902). Em Minas Gerais surgiram as primeiras cooperativas agropecuárias e posteriormente surgiram os empreendimentos semelhantes no RS e PR (1907); fundação da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer), em Santa Maria. Na década de 1930 aumentou a fundação de cooperativas de crédito, com papéis fundamentais no empréstimo de pequenas quantias a pequenos empreendedores; já na década de 1960, a criação das cooperativas de trabalho, que reúnem profissionais de determinadas áreas, em meados da década de 90 esse número passou de 629 para 1.661, especificamente curto período em 1999 o Brasil contava com 5.652 cooperativas, com cinco milhões de associados e 167 mil empregados.

No Brasil, o cooperativismo está separado em diversos ramos e em níveis distintos, onde no primeiro nível há as cooperativas singulares, constituídas de no mínimo 20 pessoas; o segundo nível tem a existência das centrais ou federações, constituídas por no mínimo, três cooperativas singulares; e no terceiro nível, há as confederações, constituídas por no mínimo três centrais ou federações.

TABELA 1 - Panorama do Cooperativismo por ramo de Atividade

RAMOS	COOPERATIVAS			COOPERADOS			EMPREGADOS		
	2017	2018	Var. (%)	2017	2018	Var. (%)	2017	2018	Var. (%)
Agropecuário	1.618	1.613	-0,3%	1.017.481	1.021.019	0,3%	198.654	209.778	5,6%
Consumo	179	205	14,5%	2.585.182	1.991.152	-23,0%	12.629	14.272	13%
Crédito	929	909	-2,2%	8.941.967	9.840.977	10,1%	60.237	67.267	11,7%
Educacional	270	265	-1,9%	53.403	60.760	13,8%	3.367	3.412	1,3%
Especial	8	10	25,0%	321	377	17,4%	8	8	0,0%
Habitacional	284	282	-0,7%	106.659	103.745	-2,7%	577	742	28,6%
Infraestrutura	135	135	0,0%	1.006.450	1.031.260	2,5%	5.692	5.824	2,3%
Mineral	97	95	-2,1%	23.515	59.270	152,1%	182	177	-2,7%
Produção	239	230	-3,8%	5.777	5.564	-3,7%	2.960	1.132	-61,8%
Saúde	805	786	-2,4%	238.820	206.185	-13,7%	103.015	107.794	4,6%
Trabalho	943	925	-1,9%	188.435	198.466	5,3%	943	5.105	441,4%
Transporte	1.357	1.351	-0,4%	98.713	98.190	-0,5%	9.835	9.792	-0,4%
Turismo e Lazer	23	22	-4,3%	760	1.867	145,7%	11	15	54,5%
TOTAL GERAL	6.887	6.828	-0,9%	14.267.483	14.618.832	2,5%	398.110	425.318	6,8%

Fonte: OCB, 2019

Em suma, percebe-se a partir da Tabela 1 apresentada que a Organização das Cooperativas Brasileiras é uma grande teia de mais de 8,2 milhões de pessoas, ligadas a mais de sete mil cooperativas nos 27 estados brasileiros, diversificadas em 13 ramos de diferentes atividades econômicas. Em escala universal, o movimento cooperativista conta, provavelmente, com mais de 12% da população mundial, o que é o mesmo que dizer que ele é o mais importante movimento sócio - econômico do mundo.

2.3 A gestão nas cooperativas

A gestão pode ser compreendida como uma ciência humana. Sua verdadeira capacidade é testada por meio de seu exercício diário, que é cheio de criação e entrega de valor com a consequente geração de resultados alinhados com a missão organizacional, transformando complexidade e especialização em desempenho (CHIAVENATO, 2001).

Segundo Valadares (2002a, p.33), a gestão de cooperativa apresenta dois aspectos: “[...] de um lado, o grupo cooperativo (a associação) e de outro a atividade cooperativa (a empresa), destinada ao serviço das economias individuais associadas.”

Cabe aos associados, na condição de proprietários da cooperativa, assumir as decisões coletivas, bem como acompanhar sua execução e seus resultados. Em outras palavras, a participação e o controle democrático da gestão são elementos que constituem o modelo econômico cooperativo, que é embasado no direito de propriedade, mas nem sempre é usufruído, por descaso do próprio associado (VALADARES, 2002a).

Valadares (2003) afirma que a participação dos associados na tomada de decisão e na administração do negócio é a essência da gestão das cooperativas, reforçando a prática do segundo princípio cooperativo, referente à gestão democrática e livre.

Um dos principais problemas de gestão das cooperativas agropecuárias está na definição dos direitos de propriedade sobre os resíduos da cooperativa. Fulton (1995), analisando o futuro das cooperativas agropecuárias, discute a importância da definição dos direitos de propriedade que seriam “os direitos ou poderes de consumir, obter renda ou alienar os bens”, pois existem custos de transação quando os atributos dos bens não são bem definidos e os direitos sobre estes bens não são entendidos. Como a cooperativa é um bem comum, pois os produtores são os donos, se esses produtores tiverem claros seus direitos de propriedade sobre os resíduos, haverá comprometimento com a cooperativa e eles entregarão produtos de qualidade.

Na nova geração de cooperativas, é obrigatória a capitalização do empreendimento pelo próprio associado, proporcionalmente à produção a ser entregue pelo associado, no futuro. Desse modo, tem-se uma cota de participação que dá direito ao associado de transacionar com sua cooperativa certa quantidade pré-estipulada de produto com determinada qualidade também pré-estipulada, o que é chamado de *delivery right* (direito de entrega) passível de transferência, assim, há a garantia de que os investimentos efetuados sejam uma reserva de valor para os produtores rurais, ou seja, é possível transacionar em balcão os direitos de entrega na cooperativa processadora. Estas novas cooperativas mantêm os princípios doutrinários, mas conseguem resolver os problemas de incentivos e de direitos de propriedade presentes nas cooperativas tradicionais (CHADDAD, 2003).

A cooperação é o suporte do cooperativismo, sendo assim, a união de forças para um final comum que favorecerá as duas partes. O cooperativismo se concretiza na Cooperativa, que é uma empresa feita por indivíduos pela sua própria vontade,

tendo em vista um único propósito, a beneficiação de todos os implicados. Para que aconteça a cooperação, como salientou Bourdieu (1980), é imprescindível que tenha uma reserva mínima de Capital Social, o qual aproximadamente pode ser compreendido como um recurso corrente e potencial que está interligado à posse de uma rede durável de vínculos quase que institucionalizados, marcado por reciprocidade e confiança. A conceituação de capital social tem uma índole utilitária, sendo um “ativo” social obtido de maneira diferente, já que as redes sociais nas quais estão inseridos os indivíduos não apresentam as mesmas circunstâncias para o atingimento das mesmas qualidades e quantidades desse capital (BOURDIEU, 1980).

2.4 O cooperativismo agropecuário

Em Minas Gerais, de acordo com Gonçalves (2005), no ano de 1907 que se organizaram as primeiras cooperativas agropecuárias do Estado. O então governador na época, João Pinheiro, iniciou seu projeto cooperativista tendo por objetivo acabar com os intermediários da produção agrícola, cuja negociação era controlada por estrangeiros. O cooperativismo agropecuário se inclui entre um dos maiores segmentos cooperativistas presentes no Brasil e tendo se estendido por quase todo território brasileiro, é hoje um dos mais conhecidos pela sociedade e participa ativamente das exportações, influenciando no desempenho direto da Balança Comercial, ao mesmo tempo em que abastece de maneira satisfatória o mercado interno de produtos alimentícios.

Ele presta um enorme leque de serviços - desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2019) as cooperativas agropecuárias estão no país inteiro, sendo o segmento de maior ênfase de cooperativismo, pois tem os maiores números de cooperativas e cooperadores. Ademais, é possível dizer que estas cooperativas fazem parte de forma efetiva das exportações, e de mais a mais, auxilia no abastecimento do mercado interno, mediante a prestabilidade uma considerável quantidade de serviços, que parte da assistência técnica, seguindo para âmbitos como o do armazenamento,

industrialização e saída/comércio das mercadorias, oferecendo também assistência social e de ensino aos seus cooperados.

Impelido pelo vertiginoso processo de globalização dos mercados, progressivamente torna a concorrência acirrada entre as empresas para competir pelas áreas inseridas dos mercados em que se operam. Diante dessa situação, a união de forças, via cooperativismo e associativismo, representa uma prerrogativa para o desenvolvimento sustentável do item produtivo e do comércio (PIRES, 2003).

No setor da agricultura familiar, a formação de cooperativas e associações está sendo muito notável pela literatura como um importante canal de organização de produção, produção, comercialização da produção e agregação de valor. Assim, o cooperativismo vem a ser uma alternativa favorável para os agricultores familiares, vindo a proporcionar sua introdução nos mercados globais e locais, tal como desenvolvendo a sua chance de confrontação à disputa da agricultura patronal ou empresarial (PIRES, 2003).

Para que se torna o cooperativismo eficiente como sistema econômico, é fundamental a envoltura dos agentes locais, com o intuito de que venham ser os principais, possibilitando a melhoria da qualidade de vida, além das condições de trabalho e aumento da renda familiar. Dessa forma, as cooperativas agropecuárias conseguirão executar seu cargo social, tendo como propósito a diminuição da pobreza e o combate à debilitação das exigências de vivência de seus cooperados, tendo comprometimento com a promoção da evolução local, a redução do nível de desemprego e a inclusão social e produtiva (SINGER, 2003).

A evolução local envolve indivíduos e suas habilidades viradas para a comunidade local, mas se assinala por um funcionamento que não tem um único proprietário, sendo assim, de todos. Isso é, também, a característica principal das empresas de propriedade coletiva, cooperativas e democraticamente geridas, onde prevalece a livre admissão em que a coletividade predomina de maneira participativa na edificação do bem de todos. Deste modo, tem-se que “o desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses fatores para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade sócio territorial delimitada.” (PANZUTTI, 1997, p. 58).

Corroborando com o que dizem os autores, o desenvolvimento local é um método abaladamente endógeno, isto é, que procura utilizar seus potenciais

humanos, próprios, naturais, organizacionais e institucionais, para modificar os sistemas produtivos locais com o intuito de aprimorar a comodidade dos residentes. Desta forma, é viável dizer que:

Um conjunto planejado de ações, contemplando as várias dimensões das necessidades vitais de uma população. O que caracteriza o vigor comunitário para o desenvolvimento é a sequência articulada de esforços e eventos-chave, dirigidos para o gradativo bem-estar econômico e social, a partir da adesão e do compromisso dos próprios cidadãos com a execução das ações planejadas e orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes (FLEURY, 1983, p. 73).

Essas melhorias na qualidade de vida seriam resultado, inclusive, da própria ação dos habitantes beneficiados, já que eles se transformariam em atores no segmento de desenvolvimento, cooperando a partir da concepção até a avaliação, até mesmo na execução, no planejamento, na decisão e no controle dos projetos e de processos. De acordo com Benecke:

Quando há um acréscimo de 10% na proporção de produtores associados em cooperativas, há um acréscimo médio de 2,5% da renda média regional, [o que vem a] confirmar a teoria de que a organização cooperativa é importante para a geração de renda. (BENECKE, 1980, p. 245).

Para isso, elabora-se uma estratégia em duas medidas, a econômica e a social, estando, na dimensão econômica, direcionadas para a rentabilidade da atividade individual do associado, e, na área social, virada para o revigoreamento da comodidade do indivíduo na sociedade (OLIVEIRA, 2003).

Uma cooperativa compõe, então, uma ambiência delimitada que concebe uma rede marcada pela empatia entre os cooperados. A ligação de um cooperado, em um princípio agroindustrial, o fazendo um agente participativo do progresso local, e, em vista disso, o cooperativismo tem muito a cooperar para o êxito e a formação de locais de crescimento integral e polos microrregionais, humano e sustentável. Por fim, os associados de uma cooperativa são peças ativas para essa sociedade, dado que ali estão colocados seus princípios.

Assim sendo:

Cabe destacar que esta teoria não rejeita a ideia de crescimento econômico, mas lhe impõe limites, subordinando-o a imperativos não econômicos. Seu caráter coletivo fortalece processos de construção de poder comunitário cujos efeitos de iniciativas econômicas populares podem contrariar as causas estruturais da marginalização e atingir a esfera política. (SINGER, 1998, p. 39).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) afirma que a ação das cooperativas agrícolas é um importante mecanismo de garantia de segurança alimentar e redução da pobreza, pois elas favorecem de modo direto o pequeno agricultor ao aumentar seu poder de negociação e a capacidade de compartilhar recursos, ou seja, é muito importante seu desenvolvimento em regiões mais pobres.

A cooperativa viabiliza ao produtor desenvolver um modo de negócios que é totalmente integrado, mediante o comércio de culturas, logrando desta forma, a acessibilidade de inovações tecnológicas de maneira conjunta e aglutinada.

Observando a literatura como um todo, pode-se dizer que:

[...] a relação entre cooperativa e agricultores se configura unicamente como intermediadora entre plantio e comercialização, limitando a sua importância apenas nas chances de obtenção de maiores lucros que as cooperativas possibilitam aos produtores rurais, seja no momento da colocação dos produtos da agricultura no mercado, seja na compra de bens ou, ainda, na prestação de serviços (RIOS, 1989, p. 27).

Quando se versa sobre as complexidades das cooperativas, observa-se que:

A possibilidade de maior eficiência na estrutura organizacional das cooperativas agrícolas esbarra, porém, em várias dificuldades, muitas delas relacionadas a uma herança histórica que comprometeu resultados mais promissores no campo da cooperação agrícola. Pode-se citar como exemplos dessa natureza: a prática de criação de cooperativas para atender interesses políticos de grupos específicos e, portanto, desvinculadas dos interesses dos seus associados, a falta de transparência na condução dos negócios, motivadas, muitas vezes, por práticas de corrupção ou ineficiência na gestão, baixo nível de informação e de escolaridade de muitos dos seus sócios, inexistência de políticas agrárias claras e com as graves distorções de estrutura agrária brasileira que ainda ostenta uma das maiores concentrações da propriedade agrícola do mundo (SCHNEIDER, 1981, p. 123).

Mas, conforme posicionamento de outros autores como Ribeiro, Nascimento Silva (2013) e Oliveira (2015) existem também vantagens econômicas, sociais, educativas e morais, que estão no fato de que cooperativas defendem a poupança e guiam a respeito da qualidade das mercadorias, que é o motivo de se tornar uma cooperativa. É possível dizer, ainda, que concebem rendas maiores e regularizadas, beneficiando no geral, crescendo a receita da cooperativa, oferecendo desta forma novas viabilidades para crescer e progredir amplamente, além de que o cooperado não será somente associado, mas sim um coproprietário, e, há uma a promoção

econômica e o ascendimento total da classe de renda dos associados e da sociedade na qual estão introduzidas, visto que por meio delas poderão ser feitos convênios de auxílio mútuo com outras instituições e outras cooperativas, tendo como propósito o melhoramento da qualidade de vida de seus associados, potencializam a democratização da economia e o avanço da própria democracia política, proporcionam o alastramento da consciência e do serviço solidário, preservam a dignidade pessoal, a liberdade individual dentro de uma ação comum e a autonomia, incentivam o ato da educação cooperativista, através do fomento ao esforço individual e do auxílio recíproco, que claramente é imprescindível para uma cooperativa.

As cooperativas agropecuárias enfrentam o problema da dupla complexidade, porque no seu relacionamento com o associado devem seguir os princípios de solidariedade cooperativa, onde o associado tem papel central, enquanto que na gestão devem ser organizadas como empresa privada, seguindo uma lógica de mercado (PEDROZO, 1993).

Bialoskorski Neto (2002) argumenta que, apesar da maioria das cooperativas afirmarem que foca seu trabalho na dimensão social, é a eficiência econômica que determina o bom desempenho social da cooperativa, o qual pode ser avaliado por variáveis econômicas financeiras, como nível de renda dos produtores associados, igualdade na posse da terra, entre outras variáveis, sendo que o desempenho econômico e de mercado é condição fundamental para o bom desempenho social das cooperativas.

Conforme pode ser observado a partir dessas considerações teóricas, as cooperativas são empresas diferenciadas das empresas de capital, contudo devem programar estratégias individuais que possibilitem a essas organizações atuarem com sucesso no mercado competitivo, preservando suas particularidades.

É claro que, em certo instante, a sociedade cooperativa precisa de uma nova estrutura de capital, assentada em novos arranjos contratuais, especialmente na questão remuneração do capital dos associados. Dessa maneira, é provável que haja uma estrutura de capital excelente, contudo que é de complicada captação pelos responsáveis da cooperativa, pois muitas diversificáveis determinam a eficácia financeira de uma empresa, principalmente de uma cooperativa agropecuária (BIALOSKORSKI NETO, 1998).

2.5 Estratégias sustentáveis para o cooperativismo: vantagens e desafios

De acordo com Irion (1997), pela ocorrência do cooperativismo não fazer parte do ensinamento formal em nosso país, e pela quantidade de cooperativas não serem de tal maneira considerável no que tange ao número de brasileiros, seu aprendizado acaba sendo limitado a algumas instituições acadêmicas, a cooperados e técnicos do âmbito. A falta de conhecimento de embasamento doutrinário leva os habitantes a não identificar o cooperativismo como um formato de arrumar a economia. Sendo a falta de entendimento a maior barreira do progresso do cooperativismo.

Segunda a editoração do DENACOOOP (2006), o desafio do cooperativismo no Brasil é conseguir provar para a sociedade que por ser uma movimentação fundamentada na sustentabilidade e na solidariedade, pode desenvolver, simultaneamente, a economia e o ser humano, sendo assim respeitado o meio ambiente.

Já conforme Roberto Rodrigues (apud DENACOOOP, 2006), há grande relevância no cooperativismo, tal que:

Num mundo cada vez mais preocupado com a redução das desigualdades, o cooperativismo é o caminho ideal para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, democrática e feliz. Por isso, não canso de repetir que o cooperativismo é a ponte entre o mercado e o bem-estar coletivo. Instrumento formidável para o crescimento harmonioso das nações, ele pode contribuir decisivamente para que o Brasil consiga se transformar em um país com maior geração de emprego e melhor distribuição de renda. (RODRIGUES, 2006 apud DENACOOOP, 2006. p. 5).

As cooperativas fazem um faturamento extra para seus cooperados, já que possibilitam diminuir os custos dos fatores de fabricação, dando proteção para o cooperado na diminuição de sua produção, caucionando um maior preço de venda para os seus produtos e pela ininterrupta introdução de capacitação e inovações dos cooperados. Assim, geram um impacto de modo direto no plano microeconômico (OIT, 2001).

Conforme Carvalho (2011), em consequência da grande preocupação atual do corpo social com a sustentabilidade e responsabilidade social, esses aspectos começaram a ser assuntos considerados pelas empresas. Por princípios legais e morais, estão se tornando responsáveis por preocupar-se do lugar onde estão introduzidas; tanto o ambiente social, quanto o físico. As Cooperativas, nesse âmbito, têm procurado mostrar uma posição de comprometimento com essa causa.

Para as cooperativas, devido à sua finalidade, agregar valores às pessoas, assumindo responsabilidades e estando à frente de projetos sociais, deve ser prática inerente e constante. O estabelecimento de metas estratégicas, incorporadas às questões de desenvolvimento social, compatibiliza sociedade e sustentabilidade, preservando recursos naturais para a geração futura e o respeito à diversidade, que promove a igualdade e o bem comum. (CARVALHO, 2011 p. 48).

Conforme Neves (2005) um dos fatores que influenciam as cooperativas a alcançarem posições no *ranking* das melhores empresas no Brasil está na amplificação do nível de sustentabilidade e maturidade, que vem crescendo a cada dia, ainda que em uma economia com vastas concorrência. Por meio de habilitações de seus cooperados e funcionários, melhoram a sua competência tecnológica e gerencial e diminuem os impactos a respeito do o meio ambiente e social em que estão introduzidas. Assim, as cooperativas ganham confiança e autoridade para percorrer com suas próprias concepções no comércio, aspirando ao enrobustecimento da sua equipe.

Assim, para melhor compreender a sustentabilidade neste caso, importa trazer algumas considerações, pois, o senso crítico relacionado ao desenvolvimento da sustentabilidade global é indispensável, pois objetiva uma construção recíproca e onde todos se pactuem e cumpram em conjunto para o bem comum, assegurando qualidade de vida íntegra das futuras gerações, afinal, países agudamente desenvolvidos se mostram contrários à sustentabilidade global, sendo imprescindível delinear a conscientização da sustentabilidade em completude, que tem base constitucional segundo o art. 225, caput da CF/88 que dispõe que todos possuem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a boa qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações, bem como o seu art. 170 que afirma que a ordem econômica com fundamento na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, possui fim de garantir a todos uma existência digna, de acordo com os ditames da justiça social, seguindo do princípio do inciso VI onde a: “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, 1988).

O conceito de sustentabilidade localiza-se, todavia, vinculado ao resguardo do ambiente, já que preservar e recuperar em algumas circunstâncias esse equilíbrio

ambiental acarreta o uso racional e equilibrado dos recursos naturais, por meio de sua degradação com intento de não os levar a sua lassidão. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, acontecida em 1972, na cidade de Estocolmo (Suécia), caracterizou a pioneira reunião governamental internacional para discutir sobre o meio ambiente e seus vínculos e ligações com o desenvolvimento econômico. Subsecutivo a tal período, no ano de 1987, foi publicado o relatório *Nosso Futuro Comum*, resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), onde aparece, pioneiramente, o termo desenvolvimento sustentável, intentando a certificação da crise ecológica que já se estabelecia em escala mundial.

Assim, mediante ampliação do nível de consciência sobre sustentabilidade, Neves (2005), afirma que há um ganho de autoridade no mercado, em que as cooperativas começaram a ser uma forma de agente econômico para seus cooperados, contribuindo em suas vendas e financiamentos de projetos para suas negociações. Com a ajuda da cooperativa, o cooperado passa a ter mais autoafirmação ao operar no comércio. Essa segurança acaba criando um reserva de segurança que se modifica em uma rede de mutualidade que dá mais coerência ao grupo (BOURDIEU, 1980).

Segundo Cenzi (2009), o cooperativismo pode ser a solução para as complicações de diversos lugares do mundo e setores da economia, mas preferentemente de países que precisam do agronegócio, como o Brasil. Assim sendo, traz Cenzi (2009) que a “prova disso é que, nas comunidades onde existe cooperativas, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é ligeiramente maior” (CENZI, 2009. p. 37).

De acordo com a editoração da OCB (1973), o cooperativismo teve triunfo no agropecuário e entre os produtores por causa dos grandes serviços prestados a estes, mostrando o barateio da produção pelo meio de insumos com preços menores, e a relevante assistência técnica entregue aos cooperados, como o apoio na venda de suas mercadorias, o que tem criado um crescimento da remuneração dos seus produtores participantes.

Em conformidade com a publicação do DENACOOOP (2006), o cooperativismo aumenta a qualidade de vida da coletividade onde age, concebendo mais emprego, faturamento e arrecadação de impostos e tributos.

Conforme o que traz em concomitante Cenzi (2009), Neves (2005), Olt (2001), Irion (1997) e Carvalho (2011) tem-se como potencialidades e consequentes benefícios o que segue: sobre o cooperativismo o fato de que este pode fazer progredir a sociedade e a economia ao mesmo tempo, respeitando o meio ambiente; a ajuda para criação de empregos e melhor disposição de rendas, o que contribui para o aumento o IDH da sociedade onde está introduzido; há ainda um considerável sucesso na seara do agronegócio, uma vez que diminui os custos de produção por meio de insumos que possuem melhores valores, ajudando na venda das mercadorias, o que consequentemente outorga uma assistência técnica; influencia economicamente o local que se encontra; diminui os custos de produção e melhores condições para o cooperado; agrega valor aos indivíduos da comunidade como um todo.

Os autores ainda mencionam sobre os desafios, sendo possível citar que residem basicamente no fato de que os estudos a respeito da temática são restritos a instituições acadêmicas e pessoas que compõem este setor. Consequentemente, existe uma escassez de conhecimento, vez que conforme o que afirma Irion (1997), a escassez de conhecimento sobre a base doutrinária do cooperativismo e de seus benefícios concebe um receio das pessoas em aderir à cooperativa, ou seja, isso leva a outro desafio, que é o da dificuldade de provar a importância do cooperativismo para o corpo social gerando, assim, uma falta de investimentos e, ainda, o compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade social se torna outra parte intrincada do processo, além de existir uma considerável concorrência no mercado.

Assim, é possível dizer que o contexto corrente no país beneficia o progresso do cooperativismo, principalmente por seus impactos asseverativos em situação de forte disputa mercadológica. Contudo, o cooperativismo necessita de maior investimento, compreensão e visibilidade.

De acordo com a publicação do DENACOOOP (2006), o cooperativismo melhora a qualidade de vida da sociedade onde atua, gerando mais emprego, renda e arrecadando tributos. Desta forma, nota-se que o cooperativismo tem um campo muito favorável para seu desenvolvimento em todo o mundo. O que falta é investimento e conhecimento sobre o tema. A cooperativa pode vir a ser uma forma de organização capaz de auxiliar países emergentes que carecem de estruturação econômica e condições para concorrer no mercado internacional.

TABELA 2 – Potencialidades e desafios do Cooperativismo destacado por autores selecionados

INDICATIVOS	
POTENCIALIDADES	DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none"> - Pode desenvolver a economia e a sociedade ao mesmo tempo, respeitando o meio ambiente; - Contribui para geração de empregos e melhor distribuição de rendas; - Aumenta o IDH da comunidade onde está inserido; - Grande sucesso no agronegócio, pois barateia a produção através insumos com preços melhores e auxilia a venda dos produtos dando assistência técnica; - Influência Econômica; - Redução de custos de produção e melhores condições para o cooperado; - Agrega valores às pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo sobre o assunto é restrito à instituições acadêmicas e pessoas do setor; - Falta de conhecimento; - Dificuldade de demonstrar a importância do cooperativismo para a sociedade; - Falta de Investimentos; - Compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade social; - Grande concorrência no mercado.

Fonte: Adaptado de Cenzi (2009), OCB (2019), DENACOOOP (2006), Irion (1997), Neves (2005), Oit (2001) e Carvalho (2011).

Os apontamentos da Tabela 2 demonstram que o contexto brasileiro atual é favorável ao crescimento do cooperativismo, sobretudo por seus impactos positivos em situação de forte concorrência mercadológica. No entanto, os desafios do cooperativismo carecem de maior visibilidade, compreensão e investimentos.

Por isso, acredita-se que trabalhos como esse são urgentes, sobretudo estudos de casos que evidenciam as dificuldades e potencialidades das cooperativas brasileiras, tais como realizamos na próxima seção.

Oliveira (2015) ressalta algumas tendências administrativas das empresas cooperativas, tais como: a elevação do nível de concorrência entre as empresas mercantis e as cooperativas; estrutura organizacional cada vez mais enxuta; aumento das fusões e incorporações; atuação no novo contexto ecológico e a profissionalização de cooperados e de cooperativas.

O cooperativismo veio para contrapor as desigualdades provocadas pela livre concorrência e exploração de mão-de-obra, hoje o que se vê é cooperativismo como forma de inclusão social ou grupo de pequenos se tornam grande quando formam uma cooperativa e a cooperativa concorre no mercado com as grandes corporações. O estabelecimento de vantagens competitivas por parte de cooperativas tem sido o apelo da economia social, que se bem explorada pode se tornar uma grande vantagem em relação às empresas mercantis.

3. Análise dos Resultados

Deste modo, de forma progressiva e independentemente da localidade em que se encontram, as cooperativas devem de se habilitar e repensar suas práticas democráticas no processamento de administração e autogestão, tendo um melhorando de mecanismos adequados de gestão empresarial que consequentemente viabiliza a ocupação de um lugar de notoriedade onde estão inseridas, levando em conta o mercado local, da região e também nacional o que corrobora com os autores Cenzi (2009), Neves (2005), Olt (2001), Irion (1997) e Carvalho (2011) quando falam das potencialidades e consequentes benefícios das cooperativas.

A incorporação da esfera produtiva possuiu como importantes agentes as cooperativas, que começaram a desenvolver a incumbência de estimuladoras do progresso econômico pela intermediação, além da juntura que empreenderam entre os distintos agentes financeiros, sendo os fundamentais componentes de tal vínculo, reforçando o que Oliveira (2015) ressalta a respeito de algumas tendências administrativas das empresas cooperativas. Deste modo, colaboraram para a edificação de relações de cooperação e solidariedade, as basilares pressuposições que ampararam a sua concepção, porém que demonstram, principalmente, a composição de indicações de convergência de interesse dos sujeitos sociais e das empresas sociais e produtivas, o que vem a denotar um poder local.

A real distinção entre as sociedades cooperativas e as outras instituições que não são cooperativas está na proporção social, que, inicialmente, deve constar em equilíbrio com os fins econômicos. Deste modo, quando não existe reconhecimento dos associados mediante a própria cooperativa, é possível falar em crise de participação, ocasionando impasses que podem inclusivamente abalar a estrutura financeira e a vitalidade da empresa, uma vez que, não participando efetivamente das deliberações e da elucidação de quais são os caminhos a ser seguido, o cooperado remete suas responsabilidades e acaba com o princípio da fidelidade e da confiança, que são primordiais neste âmbito. O que respalda no aconselhamento de Valadares (2002a) afirmando que cabe aos associados, na condição de proprietários da cooperativa, assumir as decisões coletivas, bem como acompanhar sua execução e seus resultados.

As simples predileções financeiras e empresariais ultrapassam, em diversas conjunturas, os interesses do quadro de associação, podendo refletir no afastamento de cooperados.

Foi possível ver que a associação de produtores é um modo dúctil de empresa local que foi ampliado nas derradeiras duas décadas, advindo da imprescindibilidade da sociedade e comunidade se atribuírem de representações jurídicas, e também da interferência de atores adventícios, como projetos públicos, igrejas, programas de extensão, ONGs, e da subsistência de ajudas e financiamentos públicos dados para projetos associativos e comunitários, que intentam atuar em âmbito de produção.

Importa assim mencionar que, em diversas situações, a associação não resolve de maneira mais apropriada à questão do manejo dos bens coletivos nas cooperativas. Todavia, possibilitando a acessibilidade ao crédito particular, perante uma concordância coletiva, o sistema promove os processos de acumulação ou de capitalização e auxilia para a distinção social e econômica entre os produtores.

4. Considerações Finais

Os estudos que tratam sobre a agricultura familiar auxiliam para que o cooperativismo se demonstre um relevante mecanismo de promoção do desenvolvimento local sustentável e para a concepção de renda. O estabelecimento da cooperativa viabiliza as entidades familiares e consumo de suas mercadorias em comércios totalmente concorrentes.

No que tange aos benefícios econômicos, a cooperativa, conforme o entendimento dos cooperados ajuda amplamente os negócios, viabilizando, a título de exemplo, a aquisição de insumos em consideráveis quantidades e transferindo para os cooperados por um valor melhor, diminuindo o dispêndio de manufatura. Qualquer produção do cooperado igualmente é adquirida pela cooperativa, diminuindo o valor de logística, uma vez que a cooperativa coleta a produção do cooperado em suas posses.

Com o custo de produção diminuído e com a obviedade do fluxo produtivo, o cooperado vem a ser mais competitivo no mercado. É possível observar mediante as pesquisas aqui expostas e análises bibliográficas que os cooperados, mediante a sua

organização social e econômica demonstraram contenções econômicas de logística, de investimentos e de trabalho.

Assim sendo, é viável entender que o cooperativismo se estabelece mediante uma doutrina da colaboração recíproca, procurando metas e desenvolvimentos comuns entre os cooperados. São, portanto, empresas particulares, concebidas e administradas de forma democrática e seus componentes são inseridos de maneira voluntária, perante o intento de ordenar seus propósitos para o progresso coletivo. Diante os princípios estudados, vê-se que são universais e adaptáveis a cada localidade, sendo tal universalidade assegurada por meio da ACI, órgão incumbido por administrar e monitorar a prática do cooperativismo e a observação a seus preceitos.

Assim, ao observar todos os pontos e contrapontos, opiniões e ponderações dos autores mencionados neste trabalho, é possível notar que o cooperativismo possui uma área amplamente favorável para seu desenvolvimento e progresso em âmbito mundial, contudo há uma escassez de investimento e conhecimento a respeito da temática. Assim, vê-se que a cooperativa pode se tornar uma maneira de empresa com a habilidade de ajudar países emergentes que necessitam de uma verdadeira estruturação financeira e econômica, além de condições para concorrer e pleitear em âmbito internacional.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. **O princípio da cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.

ACI – Aliança Cooperativa Internacional. **Quantidade de Membros**. 2014. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/get-involved/blog/anonymous/2012/04/ica-welcomes-268th-member>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Coojournal; Recife: Assocene, 1980.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Estratégias e cooperativas agropecuárias**: um ensaio analítico. Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias. Marcelo José Braga, Brício dos Santos Reis (org). Viçosa, 2002

_____. **Governança e perspectivas do cooperativismo**. I Workshop Internacional de Tendências do Cooperativismo PENZA/FUNDACE/FEARP – USP, p. 17- 35. 1998.

BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social. Notes Provisoires. In: Actes de la Recherche. **Sciences Sociales**, 31, n. 31, p. 2-3. 1980.

CARVALHO, Adriano Dias de. **O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global**. São Paulo: Baraúna, 2011.

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo**: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro./ Nerii Luiz Cenzi./ 1ª ed. (ano 2009), 2ª reimpr./ Curitiba: Juruá, 2012. 172p.

CHADDAD, F. R.; COOK, M. L. **The emergence of non-traditional cooperative structures**: public and private policy issues. Trabalho apresentado na NCR-194 Research on Cooperatives Annual Meeting, Kansas City, Missouri, 2003. Disponível em: <<http://www.agecon.ksu.edu/accc/ncr194/Events/2003meeting/ChaddadandCook.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. 6. ed. rev. atual. 2 v. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DENACOOOP em ação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – **Evolução do cooperativismo no Brasil**. Brasília, 2006. 124 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ac000001.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

FARIAS Cleuza Maria Farias; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FULTON, M. E. The Future of Canadian Agricultural Cooperatives: a property rights approach, **American Journal of Agricultural Economics**, v. 77, p. 1.144 -1.152. 1995.

GERHARDT, T.E., SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS. 114 p. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acessado em: 04 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <http://ccvap.futuro.usp.br/noticiasfiles/15.04.2015_%20RicardoSaito_Resenha_Metodologia.pdf>. Acessado em: 05 jun. 2020.

GONÇALVES, J. E. (2005). **Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário**. In: XLIII Congresso da SOBER-Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, MG, Brasil (Vol. 43).

IRION, João Eduardo de Oliveira. **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: STS, 1997. 343p.

INSTITUTO ECOLÓGICA. **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo, 2007**. <http://www.ecologica.org.br/index.php>. Acessado em: 20 out 2019.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014. Disponível em: https://dtcom.com.br/wayco/temas/section_2/pesquisa_qualitativa_e_quantitativa/sections/pdf/THEME4285.pdf >. Acessado em: 04 mar. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Técnica de Pesquisa**; 6ª Ed. 3ª Reimpressão. São Paulo, Editora Atlas, 2009.

NAMI, Marcio Roberto Palhares. **Visões do cooperativismo**. Stilo Gráfica e Editora: Brasília, 2012.

NEVES, Marcos Fava. **Agronegócio do Brasil**, Décio Zylbersztajn e Evaristo Marzabal Neves; prefácio de Roberto Rodrigues. São Paulo: Saraiva, 2005.

NOGUEIRA, et al. Arnaldo Mazzi Nogueira, et al, **gestão social, estratégias e parcerias**, 4ª edição, 2013 Editora Saraiva SP.

OCB - **Organização Das Cooperativas Brasileiras**. Brasília. Disponível em: < www.ocb.org.br >. Aceso em 03 Ago. 2019.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios** / editado Armand Pereira; em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana - 1 ed. - Brasília : OIT, 2001. 196 p.

OLIVEIRA, A. C. D. S., et al (2014). **A importância das cooperativas e seu papel na sociedade**. Organizações e Sociedade, v. 3, 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PANZUTTI, R. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no estado de São Paulo: caso da cooperativa dos agricultores da região de Orlandia**. São Paulo: Editora Unicamp, 1997.

PEDROZO, E. de A. **Análise de Cooperativas Agrícolas através da Utilização de Estratégias Industriais**. Salvador, Bahia, p.122-136, Anais do 17º ENAPAD, 27 a 29 de setembro de 1993, vol.5, Administração Rural, 1993.

PET-PROEXT. **Associativismo e Cooperativismo**. Professora/conteudista: Inácia Girlene Amaral. 2012.

PIRES, M. L. L. e S. A (re) significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, J. R. T. (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003.

PORT, M. & MEINEN E, O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã. Ed. Confedbrás. 2012.

RIBEIRO, K. Á.; NASCIMENTO, D. C. do; SILVA, J. F. B. da. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. **Teoria e Evidência Econômica** - Ano 19, n. 40, p. 77-101, jan./jun. 2013.

ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio. **Cooperativismo à luz dos princípios constitucionais**. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

SCHNEIDER, J. E. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro**. In. Ma. R. Loureiro. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

SINGER, Paul. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 119-130, may/aug. 1998

_____. **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003.

VALADARES, José Horta. **Estrutura e estratégia institucional: formação de campo organizacional e isomorfismo no cooperativismo de crédito rural de Minas Gerais**. 2003, p38 Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Seropédica: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2003, 131p

_____. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte, maio 2002a. (Apostila FORMACOOOP – Mód.II - SESCOOP/BA, realizado em nov. 2004).